

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: PARA
MUNICÍPIO: BOM JESUS DO TOCANTINS

Relatório Anual de Gestão 2020

MARCELO DE OLIVEIRA SILVA
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- o 1.1. Informações Territoriais
- o 1.2. Secretaria de Saúde
- o 1.3. Informações da Gestão
- o 1.4. Fundo de Saúde
- o 1.5. Plano de Saúde
- o 1.6. Informações sobre Regionalização
- o 1.7. Conselho de Saúde
- o 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- o 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- o 3.2. Nascidos Vivos
- o 3.3. Principais causas de internação
- o 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- o 4.1. Produção de Atenção Básica
- o 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- o 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- o 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- o 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- o 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- o 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- o 5.2. Por natureza jurídica
- o 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- o 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- o 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- o 9.2. Indicadores financeiros
- o 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- o 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- o 9.5. Covid-19 Repasse União
- o 9.6. Covid-19 Recursos Próprios
- o 9.7. Covid-19 Repasse Estadual

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	PA
Município	BOM JESUS DO TOCANTINS
Região de Saúde	Carajás
Área	2.816,43 Km ²
População	17.254 Hab
Densidade Populacional	7 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 28/06/2020

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO TOCANTINS PA
Número CNES	6523714
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	22938757000163
Endereço	RUA EXPEDITO NOGUEIRA 497
Email	A informação não foi identificada na base de dados
Telefone	3341-1125

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/06/2020

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	JOÃO DA CUNHA ROCHA
Secretário(a) de Saúde em Exercício	MARCELO DE OLIVEIRA SILVA
E-mail secretário(a)	marcelimoliveira@hotmail.com
Telefone secretário(a)	91993839651

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 28/06/2020

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	09/1991
CNPJ	11.695.769/0001-98
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Marcelo de Oliveira Silva

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 28/06/2020

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 04/09/2020

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Carajás

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
ABEL FIGUEIREDO	614.252	7536	12,27
BOM JESUS DO TOCANTINS	2816.425	17254	6,13
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	1187.816	7357	6,19
CANAÃ DOS CARAJÁS	3146.608	39103	12,43
CURIONÓPOLIS	2368.698	17764	7,50

DOM ELISEU	5267.514	61206	11,62
ELDORADO DOS CARAJÁS	2956.708	34069	11,52
ITUPIRANGA	7879.995	53439	6,78
MARABÁ	15092.268	287664	19,06
NOVA IPIXUNA	1600.317	17027	10,64
PALESTINA DO PARÁ	983.885	7575	7,70
PARAUPEBAS	7007.737	218787	31,22
PIÇARRA	3312.485	12976	3,92
RONDON DO PARÁ	8246.634	53242	6,46
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	1392.326	25945	18,63
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	3269.541	24566	7,51
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	1280.01	14105	11,02

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2020

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI		
Endereço	Rua Expedito Nogueira		
E-mail			
Telefone			
Nome do Presidente	EDUARDO PATRICK DE ALMEIDA		
Número de conselheiros por segmento	Usuários	2	
	Governo	4	
	Trabalhadores	2	
	Prestadores	0	

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência:

1.8. Casa Legislativa

1° RDQA	2° RDQA	3° RDQA
Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa
10/01/2020 	10/01/2020 	20/01/2020 

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Município de Bom Jesus do Tocantios, no Estado do Pará, município pleno, com muitas dificuldades no atendimento de Saúde, o Financeiro é um dos maiores problemas, pois trabalhamos no limite, com problemas de instalações, aparelhamento, demanda grande e sendo financiado na ponta das obrigações tripartite, que é o MUNICIPIO, estamos arcando com mais de 34% dos investimentos na saúde, o que inviabiliza realizarmos investimento necessários, pois os custeios são quase 100% superior o preconizado na Tripartide.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2020

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	700	669	1369
5 a 9 anos	700	663	1363
10 a 14 anos	741	702	1443
15 a 19 anos	776	734	1510
20 a 29 anos	1550	1446	2996
30 a 39 anos	1473	1306	2779
40 a 49 anos	1280	1065	2345
50 a 59 anos	1004	734	1738
60 a 69 anos	567	415	982
70 a 79 anos	314	212	526
80 anos e mais	122	81	203
Total	9227	8027	17254

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 03/05/2020..

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2018	2019	2020	2021
BOM JESUS DO TOCANTINS	277	292	254	284

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 03/05/2020

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	324	260	291	348	241
II. Neoplasias (tumores)	21	25	21	20	40
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	17	5	16	19	22
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	38	46	42	45	45
V. Transtornos mentais e comportamentais	12	6	10	11	3
VI. Doenças do sistema nervoso	13	7	4	10	22
VII. Doenças do olho e anexos	7	6	2	3	43
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	3	3	4	-	4
IX. Doenças do aparelho circulatório	90	78	95	104	91
X. Doenças do aparelho respiratório	159	204	160	151	166
XI. Doenças do aparelho digestivo	127	98	75	137	111
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	4	10	8	18	25
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	9	6	6	15	16
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	101	103	94	103	87
XV. Gravidez parto e puerpério	198	215	225	244	258
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	7	9	10	11	24
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	5	3	2	6	12
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	12	10	8	18	10
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	162	134	141	155	143

XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	6	2	5	4	23
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	1315	1230	1219	1422	1386

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 03/05/2020.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3	1	8	26
II. Neoplasias (tumores)	6	3	13	7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7	7	6	2
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	1	1	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	2	1	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	16	18	18	19
X. Doenças do aparelho respiratório	7	5	9	11
XI. Doenças do aparelho digestivo	2	2	2	6
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2	2	1	2
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	2	3
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1	2	-	1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	7	7	7	7
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	18	13	16	15
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	70	64	84	99

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 03/05/2020.

● Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

NOSSOS INDICES EXPECIFICADOS NO QUADRO 3.3 E 3.4 DEMOSTRAM A NECESSIDADE DE MELHORAMOS NOSSA ATENÇÃO BÁSICA, E NUTRIR NOSSO MAC, DOTADO DE ACOMPANHAMENTO, POIS FORAM ALTOS OS INDICES DE INTERNAMENTOS E ÓBITOSO QUE DEMANDARAM CUSTOS EXCESSIVAMENTE ALTOS, NÃO TEMOS ESPECIALIDADES ESPECIFICAS NO MUNICIPIO E COM ISSO TEMOS QUE INVESTIR MUITO ALTO, NOS CUSTOS DO TFD-TRANFÊNCIA FORA DO DOMICILIO, MUNICIPIOS LONGINGUOS, CAPITAL DISTANTES, NOSSA POPULAÇÃO POBRE E SEM CONDIÇÕES DE DESLOCAMENTO, TUDO ISSO NOS SOBRECARRREGA FINANCEIRMANENTE, ALEM DE NOS DESGATAR COM A BUROCRACIA DA PPI EM COMPLEXOS REGULADORES, DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL, COMPLEXOS PÉLA ALTA BUIROCRACIA PROTOCOLAR, INVIÁVEL MUITAS VEZES PRO MUNICPIO REALIZAR E SOBRECARRREGADOS, QUE MUITAS DAS VEZES NÃO CONSEGUIMOS À INTERNAÇÃO HÁ TEMPO OCASSIONANDO OBITOS, QUE COMO DEMOSTRA OS INDICES, EM CRESCIMENTO..

NOSSA ESTRUTURA HOSPITALAR SEM CONDIÇÕES DE ATENDER A POPULAÇÃO, HÁ ANOS ESTAMOS LUTANDO PARA QUE CONSIGAMOS RECURSOS PARA RESTAURAR, EQUIPAR E DA ESTRUTURA ADQUADA DE INTERNAÇÃO NO HOSPITAL MUNICIPAL QUE ENCONTRA-SE SUCATEADO LITERALMENTE.

TUDO ISSO NOS LEVA A SOFRER JUNTO COM A POPULAÇÃO, MAS ESTAMOS NA LUTA PARA SANAR ESSAS PROBLEMAS EXPLANADOS E NÃO DESISTIUREMOS DE MELHORAR ESES INDICES.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	95.576
Atendimento Individual	30.707
Procedimento	60.937
Atendimento Odontológico	6.491

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	2124	43351,98	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	749	295433,87
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	188	86752,47
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	3862	26838,90	-	-
Total	5986	70190,88	937	382186,34

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 08/05/2020.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	89	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	38682	141368,37	-	-
03 Procedimentos clínicos	3886	1815,94	749	295433,87
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	188	86752,47
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	3863	26863,65	-	-
Total	46520	170047,96	937	382186,34

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 08/05/2020

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	89	-
Total	89	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 08/05/2020

- **Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS**

A abrangência do SUS implica em uma alta demanda por serviços de saúde em todas as regiões do país. A cobertura universal é uma das principais características, mas a variação regional pode levar a desigualdades na oferta de assistência de qualidade.

A acessibilidade é essencial, mas a alta demanda e complexidade das necessidades de saúde podem levar a tempos de espera prolongados, especialmente para serviços especializados. O enfrentamento de epidemias e pandemias também faz parte das responsabilidades do SUS, o que requer uma adaptação rápida da produção de serviços de saúde para lidar com emergências de saúde pública.

O financiamento adequado é fundamental para garantir a produção de serviços de qualidade no SUS. O sistema muitas vezes enfrenta desafios para obter recursos suficientes para atender às crescentes demandas e manter a infraestrutura necessária. Para fortalecer o sistema de saúde, é importante investir na Atenção Básica, garantindo uma rede de cuidados sólida e eficiente que contribua para a prevenção e controle de doenças, além de melhorar o acesso a outros níveis de atendimento.

Em suma, o SUS desempenha um papel vital no fornecimento de serviços de saúde para a população brasileira, mas enfrenta desafios complexos relacionados à abrangência, cobertura universal, acessibilidade, enfrentamento de epidemias, financiamento e fortalecimento da Atenção Básica. Para uma análise mais detalhada e precisa, é necessário recorrer a dados atualizados e estudos realizados por especialistas em saúde pública e gestão de serviços de saúde.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2020

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	5	5
HOSPITAL GERAL	0	0	1	1
POSTO DE SAUDE	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	0	0	4	4
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	1	1
Total	0	0	15	15

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/06/2020.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2020

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	4	0	0	4
MUNICIPIO	11	0	0	11
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
Total	15	0	0	15

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/06/2020

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

● Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

A rede física prestadora de serviços no Sistema Único de Saúde (SUS) é essencial para garantir o acesso equitativo aos cuidados de saúde em todo o Brasil. Ela é composta por unidades de saúde em diferentes níveis de atendimento, desde a atenção básica até a média e alta complexidade. O fortalecimento da Atenção Básica é uma prioridade, pois ela atua como porta de entrada do sistema e oferece cuidados preventivos e tratamento de doenças comuns. A rede é hierarquizada, organizando o fluxo de atendimento e encaminhando casos mais complexos para serviços especializados ou hospitais de referência. A regionalização é estratégica para adaptar os serviços às necessidades específicas de cada área, e parcerias com instituições filantrópicas e privadas expandem a oferta de serviços.

No entanto, a rede enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, como falta de recursos e equipamentos em algumas áreas. Para garantir sua efetividade, é necessário investimento contínuo na manutenção, ampliação e modernização das unidades de saúde, além da incorporação de tecnologias e inovações para aprimorar o atendimento e a gestão dos serviços. Assim, a rede física do SUS desempenha um papel vital na oferta de serviços de saúde de qualidade para toda a população brasileira, buscando superar desafios e garantir a equidade no acesso aos cuidados de saúde em todo o país.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2020

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	2	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	0	2	3	28	37
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	14	7	17	58	22
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/07/2019.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	2	
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	96	88	84	78	
	Intermediados por outra entidade (08)	4	4	4	4	
Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2018	2019	2020	2021	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	54	80	95	122	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/07/2020

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Os profissionais de saúde que trabalham no Sistema Único de Saúde (SUS) desempenham um papel fundamental no atendimento e cuidado da população brasileira. Esses profissionais, que incluem médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, fisioterapeutas, entre outros, enfrentam desafios e desempenham funções variadas dentro do sistema.

Eles são responsáveis por oferecer atendimento médico, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes em diferentes níveis de atenção à saúde. Além disso, estão engajados em ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e campanhas de vacinação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Apesar dos desafios, esses profissionais demonstram comprometimento e dedicação na prestação dos serviços de saúde, buscando oferecer um atendimento humano e de qualidade para todos os usuários do SUS. Além disso, eles estão envolvidos em ações de educação em saúde, capacitando a comunidade para cuidar melhor de si mesma e prevenir doenças.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde nos eixos transversais e com ênfase nas ações estratégicas, garantindo ao usuário acesso e serviços de qualidade.

OBJETIVO Nº 1.1 - Garantir o acesso de qualidade aos serviços de saúde, aprimorando a Política de Atenção Básica									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família	Percentual	2019	70,00	95,00	80,00	Percentual	65,00	81,25
Ação Nº 1 - Realizar acompanhamento das condicionalidades da saúde em todas as unidades de saúde do município (zona urbana e rural) em tempo integral.									
Ação Nº 2 - Implementar a cobertura das áreas descobertas para que possam levar as informações aos beneficiários sobre as vigências do Programa Bolsa Família									
2. Promover a prevenção e promoção através do Programa Saúde na Escola (PSE).	Cobertura do PSE nas escolas	Percentual	2019	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Traçar o perfil nutricional dos alunos através de avaliação antropométrica e aqueles que apresentarem risco nutricional serem encaminhados para acompanhamento com nutricionista.									
Ação Nº 2 - Realizar palestras e oficinas educativas de alimentação saudável nas escolas.									
3. Implantar a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil	Número de Unidades de Saúde da Família com Amamenta e Alimenta Brasil	Número	2019	0	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Fazer ações que promovam o incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida e também a alimentação saudável complementar até os 2 anos.									
Ação Nº 2 - Fortalecer a educação nutricional nas unidades de saúde junto as gestantes e puérperas no sentido de levar conhecimento e incentivar este grupo para que sigam as orientações da nutricionista.									
4. Reduzir as internações por causas sensíveis da Atenção Primária	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica	Percentual	2019	20,00	50,00	20,00	Percentual	25,00	125,00
Ação Nº 1 - Realizar educação em saúde com vistas à obesidade, tabagismo, e doenças com risco cardiovascular									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa e acompanhamento de usuários hipertensos e diabéticos para estratificação de riscos									

DIRETRIZ Nº 2 - Fortalecimento da Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança com implementação da Rede Cegonha

OBJETIVO Nº 2.1 - Aprimorar a Rede Materno-infantil garantindo o acesso, acolhimento, vinculação e ações da assistência									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Percentual	2019	10,00	6,00	10,00	Percentual	10,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar ações educativas com o público adolescente nas escolas para redução da gravidez na adolescência									
Ação Nº 2 - Promover conscientização de ações do planejamento familiar nas escolas das redes pública.									
Ação Nº 3 - Fortalecimento da educação permanente em saúde na atenção primária acerca da saúde sexual e reprodutiva									
Ação Nº 4 - Garantir insumo relacionados à prevenção da gestação não desejada.									
Ação Nº 5 - Garantir a oferta e aprimorar o acesso dos contraceptivos de barreira e/ou hormonais para clientela da rede APS									
2. Ampliar a razão de exames citopatológico para mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos	Total exames realizados na faixa etária	Razão	2019	0,20	0,50	0,30	Razão	0,25	83,33
Ação Nº 1 - Realizar gestão da fila de espera de exames de ultrassonografia pélvica, priorizando os casos de suspeita diagnóstica de lesões precursoras do colo do útero									
Ação Nº 2 - Garantir a colposcopia a partir dos exames de papanicolau as mulheres que necessitem, conforme protocolo estabelecido									

Ação Nº 3 - Melhorar o acesso ao exame citopatológico do colo uterino na atenção primária									
3. Aumentar exames de mamografia de rastreamento para a população feminina entre 50 a 69 anos de idade	Número de exames de mamografia de rastreamento realizados	Razão	2019	0,20	0,50	0,30	Razão	0,15	50,00
Ação Nº 1 - Ampliar a oferta do exame de mamografia de rastreamento para a população feminina entre 50 e 69 anos de idade, residente no município.									
Ação Nº 2 - Garantir a partir dos exames de mamografia, as mulheres que necessitem realizar biópsia/exérese de nódulo de mama, conforme protocolo estabelecido									
4. Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 7 consultas de pré-natal.	Proporção de nascidos vivos e % de gestantes com mais de 7 consultas no pré-natal	Percentual	2019	70,00	95,00	80,00	Percentual	74,50	93,13
Ação Nº 1 - Viabilizar a realização de no mínimo 7 consultas de pré-natal									
Ação Nº 2 - Garantir agendamento da consulta subsequente para as gestantes, acompanhando possíveis faltas e acionando a gestante									
5. Reduzir a mortalidade materna	Número de óbitos maternos	Número	2019	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Estabelecer pacto municipal intersetorial para redução da mortalidade materna, com implantação de comitê gestor									
Ação Nº 2 - Orientar a manutenção do pré-natal e outros cuidados específicos para a atenção especial à gestante durante a pandemia através da Nota Técnica Nº 01/2020 - orientações sobre o atendimento de pré-natal diante da pandemia da Psicossocial									
6. Aumentar o % de parto normal	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar	Percentual	2019	60,00	75,00	60,00	Percentual	55,00	91,67
Ação Nº 1 - Construção do Hospital e Maternidade Popular									
Ação Nº 2 - Reduzir a quantidade de cesarianas realizadas sem indicação através de implantação do partograma, como processo avaliador do parto									
Ação Nº 3 - Promoção de ações que fortaleça o vínculo das gestantes ao local de parto									
7. Investigar 100% dos óbitos materno em Idade Fértil (MIF)	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Percentual	2019	0,00	100,00	100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Manter ações de investigação dos óbitos maternos em Idade Fértil (MIF), através de visita domiciliar, ambulatorial e hospitalar									
8. Reduzir a mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil	Número	2019	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implantação da estratégia de atenção à doenças prevalentes da infância									
Ação Nº 2 - Implementação de sala de parto humanizado no Hospital Municipal									
Ação Nº 3 - Capacitar a equipe multiprofissional para abordagem integral do recém-nascido de baixo e alto risco, para a aplicação da política de assistência ao parto humanizado, na prevenção, reconhecimento e conduta de problemas relacionados ao período perinatal									
9. Reduzir a incidência de sífilis congênita	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	Número	2019	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implementar medidas de prevenção de casos de sífilis em mulheres e gestantes com vistas a redução de casos de transmissão vertical de mãe/filho									
Ação Nº 2 - Disponibilização de insumos necessários para prevenção, diagnóstico e tratamento da Sífilis em Gestante e seus parceiros									
10. Melhorar a cobertura vacinal das crianças menores de 2 anos com garantia dos imunológicos. Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose)	Proporção da cobertura de cada vacina preconizada para menores de 2 (dois) anos de idade,	Percentual	2019	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa para atualização do cartão vacinal									
Ação Nº 2 - Disponibilizado as vacinas para todas as unidades básicas de saúde									
Ação Nº 3 - Fazer parcerias com creches para verificação do calendário vacinal, acompanhamento conjunto e diálogo colaborativo entre as partes									
DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecer a Atenção Integral nos diferentes Ciclos de Vida, incluindo o aprimoramento à Rede de Atenção Psicossocial, Atenção aos Usuários com Condições Crônicas e Cuidados à Pessoa com Deficiência									

OBJETIVO Nº 3.1 - Qualificar as ações e serviços, promovendo a integralidade e a equidade dos serviços

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar ações que qualifiquem a rede de cuidado à saúde da criança e do adolescente	Taxa de mortalidade em crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas	Taxa	2018	10,00	50,00	20,00	Taxa	14,00	70,00
Ação Nº 1 - Sensibilizar e capacitar as equipes de saúde para atendimento dos adolescentes na RAS									
2. Promover educação em saúde pelo Programa Saúde na Escola	Número de adolescentes atendidos nas escolas pelo Programa Saúde na Escola	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	50,00	50,00

Ação Nº 1 - Implementar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças previstas no Plano de Adesão do Programa Saúde na Escola

Ação Nº 2 - Elaborar cronograma anual de atividades a serem realizadas

OBJETIVO Nº 3.2 - Implementar a Atenção Psicossocial em todos os ciclos de vida, de forma articulada com pontos da atenção em saúde e outros pontos intersetoriais.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar Política Municipal de Acolhimento Psicossocial à crianças e adolescentes com transtornos mentais	n.º de crianças e adolescentes com transtornos mentais graves	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00

Ação Nº 1 - Fortalecer ações de diálogos com rede de proteção, atenção e cuidados à infância/adolescência, tais como: a ação social, a educação, a cultura, os esportes, os direitos humanos e a justiça

Ação Nº 2 - Garantir o atendimento Integral à Crianças e Adolescente no Modelo de Atenção Psicossocial

Ação Nº 3 - Implantação do CAPS I

OBJETIVO Nº 3.3 - Aprimorar a rede de Atenção à Saúde da pessoa Idosa e dos Portadores de Doença Crônica, com estímulo de qualidade de vida ativa e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT	Número de óbitos prematuros (30 a 60 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis	Taxa	2018	15,00	50,00	20,00	Taxa	68,00	340,00

Ação Nº 1 - Capacitar as equipes que realizam assistência em todos os pontos de atenção à saúde seguindo as diretrizes da rede de atenção à saúde às pessoas com doenças crônicas não transmissíveis, nos agravos mais prevalentes

DIRETRIZ Nº 4 - Reorganizar as ações e serviços de Média e Alta complexidade, incluindo a rede de atenção às urgências, com a construção do HOSPITAL E MATERNIDADE POPULAR, de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Central de Regulação, articuladas as demais Redes de Atenção a saúde no município.

OBJETIVO Nº 4.1 - Melhorar a qualidade dos serviços da Atenção Especializada

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implementação de serviço público de saúde nas linhas de cuidados de Atenção de Média e Alta Complexidade	Total de serviços implantados	Percentual	2018	70,00	70,00	50,00	Percentual	30,00	60,00
Ação Nº 1 - Regulação dos leitos clínicos e cirúrgicos disponíveis									
Ação Nº 2 - Padronização das solicitações de internações, consultas, exames e terapias especializadas, por meio dos protocolos assistenciais									
Ação Nº 3 - Organização de fluxos de referência especializada intermunicipal									
Ação Nº 4 - Revitalização e ampliação de serviços no Hospital Municipal para cirurgias eletivas									
Ação Nº 5 - Ampliar oferta de exames de ALTA complexidade para a população com convênio com clínicas e laboratórios de apoio.									
Ação Nº 6 - Garantir a continuidade do serviços prestados pela casa de apoio a pacientes em Tratamento Fora do Domicílio- TFD em Belém									
2. Reduzir os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM)	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio	Percentual	2018	100,00	10,00	15,00	Percentual	80,00	533,33
Ação Nº 1 - Garantir a resposta em tempo hábil para o resgate do SAMU									
Ação Nº 2 - Intervenção para diminuir a incidência do infarto agudo do miocárdio no território das equipes de ESF, através do acompanhamento de hipertensos com risco cardiológicos									
Ação Nº 3 - Implementar atividades de controle ao tabagismo à população de cada unidade de saúde, bem como, garantir a manutenção das atividades já existentes									
3. Implementar a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência	Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Renovação de frota ambulâncias									
Ação Nº 2 - Garantir manutenção corretiva e preventiva das ambulância									
Ação Nº 3 - Realizar treinamento sistemático para a equipe multidisciplinar da SAMU voltados aos atendimentos de urgência e emergência psiquiatra, atentando aos novos protocolos de atendimento e fortalecendo a humanização do cuidado com estes pacientes.									
Ação Nº 4 - Realizar a contratação de (01) psicólogos para o atendimento dos paciente do Hospital e Maternidade Popular									

DIRETRIZ Nº 5 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.**OBJETIVO Nº 5.1 - Aprimorar e manter as ações de vigilância em saúde para assegurar a promoção e proteção à saúde da população**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter em 0 % a incidência de AIDS em menores de 5 anos	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	Número	2018	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Reduzir a transmissão vertical do HIV com a oferta de teste rápidos (1 vez a cada trimestre) para todas as gestantes									
Ação Nº 2 - Garantir acesso precoce da gestante HIV no atendimento ao CTA									
Ação Nº 3 - Recém nascidos de gestantes positivo, garantir o início imediato da profilaxia ARV segundo protocolo do MS, para reduzir a índices de zero a transmissão vertical do HIV									
2. Diagnosticar pessoas com HIV/ Sífilis	Total de Pessoas com diagnóstico de HIV/ Sífilis em tratamento.	Percentual	2018	90,00	100,00	100,00	Percentual	90,00	90,00
Ação Nº 1 - Garantir o tratamento antirretroviral às pessoas com diagnóstico de HIV									
Ação Nº 2 - Garantir o tratamento e acompanhamento dos casos de sífilis adquirida, sífilis em gestante e sífilis congênita.									
Ação Nº 3 - Rastrear faltosos e abandonos do programa HIV/ Sífilis									
3. Aumentar a cura de casos novos de tuberculose	Proporção de cura de casos novos de tuberculose	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementar ações de vigilância em saúde referente a: avaliação do Boletim de Acompanhamento, visitas da coordenação nas Unidades de Saúde e recomendações de acordo como cada realidade encontrada									

Ação Nº 2 - Garantir que 100% dos pacientes com tuberculose realizem a cultura de escarro, nos casos de paciente com baciloscopia positiva no final do 2º mês de tratamento, para os casos de recidiva, reingresso após abandono e falência de tratamento e diagnóstico de HIV e pacientes com e positiva após 2 meses de tratamento									
Ação Nº 3 - Garantir e monitorar a realização de exame HIV, por via laboratorial ou pelo Programa Teste Rápido nas UBS em 100 % dos casos novos de Tuberculose									
Ação Nº 4 - Realizar exames anti-HIV em 100% dos casos novos de tuberculose									
4. Aumentar a cura dos casos novos de hanseníase	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase por local de residência	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar a vigilância de contatos de casos novos de hanseníase, para detecção oportunamente de pessoas com este agravo									
Ação Nº 2 - Avaliar a qualidade da atenção e do acompanhamento dos casos novos diagnosticados até a completude do tratamento									
Ação Nº 3 - Adquirir kit para avaliação dermatoneurológica, sendo 01 kit para cada unidade de saúde e unidade referência									
Ação Nº 4 - Aquisição de materiais educativos (panfletos, notificações, livro de registros)									
Ação Nº 5 - Manter a proporção de examinados entre os contatos intradomiciliares registrados dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coortes									
5. Reduzir a incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.	Número de casos autóctones de malária.	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Aquisição de motos para busca ativa na zona rural									
Ação Nº 2 - Aquisição de kits para agentes de campo									
6. Manter em "0" o número absoluto de óbitos por dengue.	Número absoluto de óbitos por dengue.	Número	2018	0	0	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição dos casos confirmados de dengue, como parte do conjunto de ações de vigilância epidemiológica e ambiental da doença									
Ação Nº 2 - Realizar capacitações permanentes com equipes das APS e HMP									
7. Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	Número	2018	6	6	6	Número	6,00	100,00
Ação Nº 1 - Contribui para a avaliação e orientação das medidas de controle vetorial do Aedes aegypti									
Ação Nº 2 - Aquisição e distribuição de insumos para fortalecimento dos trabalhos dos agentes municipais. (Panfletos, cartazes, carteirinhas de acompanhamento de pacientes, entre os outros									
8. Avaliar amostras de água para Consumo Humano, população	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	90,00	90,00
Ação Nº 1 - Realizar as análises físico-químicas (os parâmetros de PH, temperatura, cloro residual 101 livre, turbidez) e microbiológicas (coliformes totais e Escherichia coli nas amostras de água coletada									
Ação Nº 2 - Realizar coleta de amostras de água semanalmente dos pontos de sistema de abastecimento de água dos sistemas públicos (SAA) e soluções alternativas coletivas (SAC) de abastecimento de água para monitoramento de qualidade da água consumida pela população, conforme plano de amostragem de vigilância									
DIRETRIZ Nº 6 - Contribuir à adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho									

OBJETIVO Nº 6.1 - Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantação do Programa de Residência Multidisciplinar em Saúde.	Proporção de novos Programas de Residência em Saúde.	Número	2018	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Implantar programa de residência multiprofissional, provendo minuta de projeto de lei, objetivando amparo às programações para no âmbito da Rede Primária									
2. Matricular as ações de Saúde do Trabalhador	Ações de saúde realizadas voltadas para a saúde do trabalhador	Percentual	2018	80,00	80,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Ações de promoção, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde de trabalhadores urbanos e rurais, formais ou informais									
Ação Nº 2 - Realizar ações integrada com a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT)									
Ação Nº 3 - Emissão de ficha com parecer pericial									
Ação Nº 4 - Intensificar comprovação denexo causal com registro das notificações (DART) aos trabalhadores atendidos no CEREST e RAS									
3. Ampliar o número de pontos do Telemedicina.	Número de pontos do Telemedicina existentes	Número	2018	0	3	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Implantar nas Unidades Básicas de Saúde para os profissionais da rede de atenção básica o telessaúde para que os mesmos utilizem esta ferramenta para solucionar a maior parte dos problemas de saúde da população na atenção básica evitando o encaminhamento de pacientes para rede especializada									
Ação Nº 2 - Manter a atenção especializada via Telemedicina para apoiar a atenção à saúde									
4. Manter a estrutura administrativa do Conselho Municipal de Saúde	Conselho Municipal de Saúde instalado	Número	2018	1	100,00	100,00	Percentual	90,00	90,00
Ação Nº 1 - Aquisição de um veículo para Conselho Municipal de Saúde									
Ação Nº 2 - Aquisição de uma Sede própria do Conselho Municipal de Saúde									

DIRETRIZ Nº 7 - Nortear o nível de resposta a emergência em saúde pública para o novo coronavírus (COVID-19) e seu impacto para a saúde pública, mediante aprimoramento das políticas de atenção básica, de atenção especializada e hospitalar na organização da rede de saúde.

OBJETIVO Nº 7.1 - Ampliar e qualificar o acesso as medidas de resposta para infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Revisar e atualizar o Plano de Contingência para o acolhimento, reconhecimento precoce e controle de casos suspeitos ou confirmados para o novo coronavírus (COVID-19)	Nº de Plano de Contingência implantado e apresentado a rede pública	Número	2018	1	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar reunião mensal multissetorial para tomada de decisões									
Ação Nº 2 - Atualizar o plano para os anos subsequentes, se necessários									
Ação Nº 3 - Notificar, investigar e monitorar 100% dos prováveis casos de COVID									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	Implantar Política Municipal de Acolhimento Psicossocial à crianças e adolescentes com transtornos mentais	100,00	100,00
	Implantação do Programa de Residência Multidisciplinar em Saúde.	1	1
	Manter a estrutura administrativa do Conselho Municipal de Saúde	100,00	90,00
	Aumentar o % de parto normal	60,00	55,00

301 - Atenção Básica	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	80,00	65,00
	Reduzir a taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT	20,00	68,00
	Implantar Política Municipal de Acolhimento Psicossocial à crianças e adolescentes com transtornos mentais	100,00	100,00
	Realizar ações que qualifiquem a rede de cuidado à saúde da criança e do adolescente	20,00	14,00
	Reduzir a gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	10,00	10,00
	Promover a prevenção e promoção através do Programa Saúde na Escola (PSE).	100,00	100,00
	Promover educação em saúde pelo Programa Saúde na Escola	100,00	50,00
	Ampliar a razão de exames citopatológico para mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos	0,30	0,25
	Implantar a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil	1	1
	Ampliar o número de pontos do Telemedicina.	1	1
	Aumentar exames de mamografia de rastreamento para a população feminina entre 50 a 69 anos de idade	0,30	0,15
	Reduzir as internações por causas sensíveis da Atenção Primária	20,00	25,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 7 consultas de pré-natal.	80,00	74,50
	Reduzir a mortalidade materna	0	0
	Aumentar o % de parto normal	60,00	55,00
	Reduzir a mortalidade infantil	0	0
	Reduzir a incidência de sífilis congênita	0	0
	Melhorar a cobertura vacinal das crianças menores de 2 anos com garantia dos imunológicos. Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplíce viral (1ª dose)	100,00	100,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Implementação de serviço público de saúde nas linhas de cuidados de Atenção de Média e Alta Complexidade	50,00	30,00
	Manter em 0 % a incidência de AIDS em menores de 5 anos	0	0
	Reduzir os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM)	15,00	80,00
	Implementar a cobertura do serviço de Atendimento Móvel de Urgência	100,00	100,00
304 - Vigilância Sanitária	Avaliar amostras de água para Consumo Humano, população	100,00	90,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Manter em 0 % a incidência de AIDS em menores de 5 anos	0	0
	Revisar e atualizar o Plano de Contingência para o acolhimento, reconhecimento precoce e controle de casos suspeitos ou confirmados para o novo coronavírus (COVID-19)	1	1
	Reduzir os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM)	15,00	80,00
	Matriciar as ações de Saúde do Trabalhador	80,00	80,00
	Diagnosticar pessoas com HIV/ Sífilis	100,00	90,00
	Aumentar a cura de casos novos de tuberculose	100,00	100,00
	Aumentar a cura dos casos novos de hanseníase	100,00	100,00
	Reduzir a incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.	100,00	100,00
	Manter em "0" o número absoluto de óbitos por dengue.	0	0
	Investigar 100% dos óbitos materno em Idade Fértil (MIF)	100,00	0,00
	Realizar visitas domiciliares para controle da dengue.	6	6

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos

Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	17.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	17.000,00
	Capital	70.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	70.000,00
122 - Administração Geral	Corrente	6.472.600,00	N/A	62.861,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6.535.461,00
	Capital	840.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	840.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	6.686.500,00	N/A	3.091.222,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	9.777.722,00
	Capital	84.000,00	N/A	1.799.268,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.883.268,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	11.402.050,00	N/A	1.293.703,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	12.695.753,00
	Capital	1.205.000,00	N/A	250.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.455.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	134.484,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	134.484,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	725.000,00	N/A	12.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	737.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	79.000,00	N/A	141.120,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	220.120,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	10.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	10.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 28/07/2023.

● **Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS**

O Programa Anual de Saúde (PAS) é uma importante ferramenta de planejamento estratégico no Sistema Único de Saúde (SUS). Ele define metas e ações para o ano, buscando ampliar o acesso aos serviços de saúde e organizar a atenção à saúde de forma integral e contínua. Além disso, o PAS contribui para uma melhor gestão dos recursos disponíveis, direcionando-os de forma eficiente para as áreas prioritárias. A participação social na sua elaboração é valorizada, garantindo que as necessidades reais da população sejam consideradas. O PAS pode ser adaptado para enfrentar emergências e epidemias, e seu monitoramento permite avaliar os resultados alcançados. Em resumo, o PAS é essencial para melhorar a qualidade e efetividade dos serviços de saúde no SUS, atendendo às demandas da população e promovendo uma assistência mais adequada e integrada.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2019.

Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 28/07/2019.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DESID/SCTIE.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL	
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	890.363,21	3.554.605,06	333.501,83	0,00	0,00	0,00	0,00	4.778.470,10	
	Capital	0,00	0,00	353.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	353.330,00	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	170.563,78	433.169,40	476.148,70	0,00	1.538.115,47	0,00	0,00	0,00	2.617.997,35	
	Capital	150.000,00	241.841,37	83.224,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.065,37	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Subfunções	Corrente	15.000,00	10.140.149,11	1.021.967,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.177.116,98	
	Capital	479.135,87	199.223,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.359,37	
TOTAL		814.699,65	11.904.746,59	5.489.275,63	333.501,83	1.538.115,47	0,00	0,00	0,00	20.080.339,17	

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 16/02/2019.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	2,63 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	95,52 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	10,45 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	97,39 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	14,20 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	38,00 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.163,81
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	59,76 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,00 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	20,20 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	7,50 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	44,66 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	34,88 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 16/02/2019.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.810.000,00	2.810.000,00	2.358.451,93	83,93
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	100.000,00	100.000,00	11.587,68	11,59
IPTU	100.000,00	100.000,00	11.587,68	11,59
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	100.000,00	100.000,00	7.234,00	7,23
ITBI	100.000,00	100.000,00	7.234,00	7,23
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.410.000,00	1.410.000,00	1.170.780,84	83,03
ISS	1.410.000,00	1.410.000,00	1.170.780,84	83,03
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.200.000,00	1.200.000,00	1.168.849,41	97,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.808.800,00	23.808.800,00	31.770.613,30	133,44
Cota-Parte FPM	16.592.800,00	16.592.800,00	22.041.813,77	132,84
Cota-Parte ITR	56.000,00	56.000,00	60.121,46	107,36
Cota-Parte do IPVA	600.000,00	600.000,00	613.546,61	102,26
Cota-Parte do ICMS	6.280.000,00	6.280.000,00	8.770.985,85	139,67
Cota-Parte do IPI - Exportação	280.000,00	280.000,00	284.145,61	101,48
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	26.618.800,00	26.618.800,00	34.129.065,23	128,21

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	890.363,21	0,00	890.363,21	0,00	890.362,61	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	890.363,21	0,00	890.363,21	0,00	890.362,61	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	675.010,77	0,00	675.010,77	0,00	655.546,37	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	433.169,40	0,00	433.169,40	0,00	413.705,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	241.841,37	0,00	241.841,37	0,00	241.841,37	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	10.339.372,61	0,00	10.339.372,61	0,00	10.303.017,86	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	10.140.149,11	0,00	10.140.149,11	0,00	10.103.794,36	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	199.223,50	0,00	199.223,50	0,00	199.223,50	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	11.904.746,59	0,00	11.904.746,59	0,00	11.848.926,84	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS				DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)				
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)				11.904.746,59	11.904.746,59	11.848.926,84				
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)				0,00	N/A	N/A				
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)				0,00	0,00	0,00				
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)				0,00	0,00	0,00				
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)				11.904.746,59	11.904.746,59	11.848.926,84				
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)				5.119.359,78						
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)				N/A						
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)				6.785.386,81	6.785.386,81	6.729.567,06				
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)				0,00	0,00	0,00				
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)				34,88	34,88	34,71				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012				Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))		
					Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)			
Diferença de limite não cumprido em 2021				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em 2020				94.070,16	0,00	0,00	0,00	94.070,16		
Diferença de limite não cumprido em 2019				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)				94.070,16	0,00	0,00	0,00	94.070,16		
EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2022	5.119.359,78	11.904.746,59	6.785.386,81	55.819,75	0,00	0,00	0,00	55.819,75	0,00	6.785.386,8
Empenhos de 2021	4.568.222,64	6.105.894,12	1.537.671,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.537.671,4
Empenhos de 2020	3.430.632,12	3.336.561,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Empenhos de 2019	3.177.950,90	3.967.144,51	789.193,61	0,00	207.889,81	0,00	0,00	0,00	0,00	997.083,4
Empenhos de 2018	3.003.470,79	3.040.351,31	36.880,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.880,5
Empenhos de 2017	2.845.020,91	4.196.452,67	1.351.431,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351.431,7
Empenhos de 2016	2.738.267,90	2.769.474,54	31.206,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.206,6
Empenhos de 2015	2.389.259,44	2.717.533,63	328.274,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	328.274,1
Empenhos de 2014	2.231.994,73	3.112.674,67	880.679,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880.679,9
Empenhos de 2013	2.008.228,02	2.913.481,04	905.253,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	905.253,0
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")									0,00	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)					0,00				
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)					0,00				
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))				
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100					
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	12.140.000,00	12.140.000,00	8.968.668,83	73,88					
Provenientes da União	11.240.000,00	11.240.000,00	8.734.668,83	77,71					
Provenientes dos Estados	900.000,00	900.000,00	234.000,00	26,00					
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00					
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00					
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00					
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	12.140.000,00	12.140.000,00	8.968.668,83	73,88					
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	0,00	0,00	4.241.436,89	0,00	4.241.436,89	0,00	4.157.412,89	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	3.888.106,89	0,00	3.888.106,89	0,00	3.804.082,89	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	353.330,00	0,00	353.330,00	0,00	353.330,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	0,00	0,00	2.418.051,95	0,00	2.418.051,95	0,00	2.265.920,21	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	2.184.827,95	0,00	2.184.827,95	0,00	2.073.196,21	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	233.224,00	0,00	233.224,00	0,00	192.724,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	0,00	0,00	1.516.103,74	0,00	1.516.103,74	0,00	1.325.641,25	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	1.036.967,87	0,00	1.036.967,87	0,00	846.505,38	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	479.135,87	0,00	479.135,87	0,00	479.135,87	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	0,00	0,00	8.175.592,58	0,00	8.175.592,58	0,00	7.748.974,35	0,00	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	0,00	0,00	5.131.800,10	0,00	5.131.800,10	0,00	5.047.775,50	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	0,00	0,00	3.093.062,72	0,00	3.093.062,72	0,00	2.921.466,58	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	0,00	0,00	11.855.476,35	0,00	11.855.476,35	0,00	11.628.659,11	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	0,00	0,00	20.080.339,17	0,00	20.080.339,17	0,00	19.597.901,19	0,00	0,00
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	0,00	0,00	7.360.892,93	0,00	7.360.892,93	0,00	6.934.274,70	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	0,00	0,00	12.719.446,24	0,00	12.719.446,24	0,00	12.663.626,49	0,00	0,00

FONTE: SIOPS, Pará13/02/23 15:54:09

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2022 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	1030150198581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	R\$ 149.939,00	149939,00
	1030250188535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R\$ 249.321,00	249250,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10128502120YD - EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	R\$ 5.238,45	6500,00
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 3.111.910,90	3111910,00
	10301501921CE - IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE	R\$ 8.641,46	9200,00
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 2.799.244,00	2400244,00
	1030250182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 715.413,00	718415,00
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 1.346.541,50	1347541,00
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 118.187,76	118187,00
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 12.000,00	12000,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)										
Descrição do recurso				SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)			RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE		SALDO TOTAL	
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)				555.615,74			0,00		555.615,74	
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)				0,00			130.889,76		130.889,76	
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.				0,00			0,00		0,00	
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020				0,00			0,00		0,00	
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020				0,00			0,00		0,00	
Outros recursos advindos de transferências da União				0,00			0,00		0,00	
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)				555.615,74			130.889,76		686.505,50	
Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)										
Descrição das Subfunções/Despesas				Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Pagas		
Administração Geral				555.615,74		555.615,74		555.615,74		
Atenção Básica				29.088,00		29.088,00		29.088,00		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				85.500,00		85.500,00		85.500,00		
Suporte profilático e terapêutico				0,00		0,00		0,00		
Vigilância Sanitária				0,00		0,00		0,00		
Vigilância Epidemiológica				0,00		0,00		0,00		
Alimentação e Nutrição				16.301,76		16.301,76		16.301,76		
Informações Complementares				0,00		0,00		0,00		
Total				686.505,50		686.505,50		686.505,50		
Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados não Liquidado* (f)	Exe ins 20 pro - P
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gerado em 16/02/2019

09:11:30

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)

Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	ins 20 pro - P
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Gerado em
16/02/20219
09:11:29

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)

Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Exe ins 20 pro - P
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Gerado em
16/02/20219
09:11:31

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária e financeira no Sistema Único de Saúde (SUS) é um processo fundamental para garantir o funcionamento e o acesso aos serviços de saúde para toda a população brasileira. Essa execução envolve o gerenciamento dos recursos financeiros destinados à saúde, tanto aqueles

<https://digisusgmp.saude.gov.br>

oriundos do orçamento público quanto de outras fontes de financiamento.

As considerações sobre a execução orçamentária e financeira no SUS são as seguintes:

Planejamento e Gestão: A execução orçamentária requer um planejamento cuidadoso para direcionar os recursos de forma eficiente e atender às necessidades da população. A gestão responsável é essencial para garantir o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas.

Transparência e Prestação de Contas: A execução orçamentária no SUS deve ser transparente e passível de prestação de contas à sociedade. Isso significa que os recursos devem ser utilizados de forma ética e responsável, seguindo os princípios da administração pública.

Desafios Financeiros: O SUS enfrenta desafios relacionados ao financiamento adequado. A demanda por serviços de saúde é crescente, e garantir recursos suficientes é essencial para manter a qualidade e a abrangência do atendimento.

Garantia da Assistência: A execução orçamentária adequada é crucial para garantir o funcionamento das unidades de saúde, a compra de medicamentos e equipamentos e a realização de procedimentos médicos, permitindo a oferta contínua de serviços de saúde à população.

Fontes de Financiamento: Além dos recursos do orçamento público, o SUS conta com outras fontes de financiamento, como convênios, doações, repasses estaduais e municipais, entre outros. A gestão dessas fontes é importante para diversificar as fontes de recursos e otimizar o financiamento da saúde.

Controle e Monitoramento: A execução orçamentária requer um sistema de controle e monitoramento eficiente, a fim de evitar desvios e desperdícios, além de possibilitar o acompanhamento dos resultados alcançados com os recursos investidos.

Em resumo, a execução orçamentária e financeira no SUS é um processo essencial para garantir a oferta contínua e eficiente de serviços de saúde à população. Um planejamento adequado, gestão transparente e responsável dos recursos, além do enfrentamento dos desafios financeiros, são elementos cruciais para fortalecer o sistema de saúde e assegurar o acesso universal e integral aos cuidados de saúde no Brasil.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 28/07/2020.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 28/07/2020.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

NÃO HOUVE AUDITORIA NO PERÍODO VIGENTE

11. Análises e Considerações Gerais

O relatório contém informações sobre o desenvolvimento do serviço de saúde do exercício de 2020, resultante de ações de saúde incluindo aquelas prestadas diretamente à população para promoção de saúde e prevenção de agravos;

Estão apresentados os dados quantitativos de produção de serviços assistenciais à população em atenção básica realizados nas unidades municipais de atenção de saúde, serviços de média e alta complexidade;

O relatório é encaminhado, via sistema digiSUS, ao Conselho Municipal de Saúde, para apreciação e deliberação, conforme parágrafo primeiro do artigo 36, da LC nº 141/2012;

A base de dados utilizada é proveniente dos sistemas de informação ambulatorial, hospitalar e da atenção básica (SIA, SIH e SIAB) do Sistema Único de Saúde, extraídos através do TABNET/DATASUS;

Os programas prioritários na rede municipal estão organizados para atender grupos de alto risco e áreas estabelecidas pela pactuação de indicadores de saúde, conforme regulamentação por portarias do Ministério da Saúde, apresentados neste relatório de gestão;

As DIRETRIZES da PAS 2019, referente as metas propostas foram alcançadas satisfatoriamente em torno de 85,78%.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

ELABORAR O FUTUTO PLANO DE SAÚDE E PAS, DENTRO DA METODOLOGIA DA PORTARIA MS Nº 2135/2013 EM CONJUNTO COM A EQUIPE TÉCNICA AVALIANDO AS PROPOSTAS ANTERIORES PARA A MELHORIA DA PROXIMA PROGRAMAÇÃO.

MARCELO DE OLIVEIRA SILVA
Secretário(a) de Saúde
BOM JESUS DO TOCANTINS/PA, 2020

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

O Conselho concorda de forma que passou a avaliar todo o processo e desempenho da gestão atual em resolver as pendências deixadas pela antiga gestão.

Introdução

- Considerações:

Conforme as informações descritas e verídicas continuaremos em constante trabalho com a equipe técnica para resolutividade desses problemas mesmo com a baixa de recursos do governo federal.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Em relação aos dados demográficos e de morbimortalidade são fundamentais para o planejamento e direcionamento das políticas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses dados oferecem informações valiosas sobre a saúde da população, suas necessidades e desafios, permitindo uma atuação mais eficaz e direcionada na promoção da saúde e prevenção de doenças.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

A avaliação dos dados da produção do serviço de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Conselho de Saúde é de extrema importância para uma análise abrangente do desempenho do sistema. Ao considerar essas informações, observamos que há pontos fortes e desafios que impactam a qualidade e a efetividade dos serviços prestados à população. Um aspecto positivo é o monitoramento da qualidade do atendimento oferecido pelo SUS, utilizando indicadores como o tempo de espera e a satisfação dos usuários. Esse enfoque permite avaliar a eficácia e a eficiência dos serviços, bem como identificar áreas que necessitam de melhorias.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Ao avaliar a rede física prestadora de serviços no Sistema Único de Saúde (SUS), reconhece sua importância como pilar fundamental no acesso e na qualidade dos serviços de saúde. A análise abrangente da rede física destaca pontos positivos e desafios que afetam o funcionamento do SUS e o atendimento à população brasileira. Entre os aspectos positivos, o Conselho reconhece que a rede física é responsável por proporcionar ampla cobertura e acesso aos serviços de saúde em todo o país. Isso é fundamental para garantir que a população tenha acesso aos cuidados de saúde, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

Além disso, a rede física, quando bem estruturada, atua como uma base sólida para o fortalecimento da Atenção Básica, contribuindo para a prevenção e o tratamento de doenças comuns e reduzindo a pressão sobre os serviços de maior complexidade. No entanto, a avaliação também aponta desafios. O Conselho identifica que há variações regionais na oferta de serviços de saúde, com algumas áreas enfrentando dificuldades de infraestrutura e recursos adequados para atender à demanda.

A sobrecarga em determinadas unidades e a espera prolongada para certos serviços são desafios que afetam o acesso e a eficiência do atendimento. Além disso, o financiamento adequado é um ponto crítico para garantir a manutenção, ampliação e modernização da rede física, permitindo uma prestação de serviços de qualidade.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Ao avaliar os profissionais de saúde trabalhando no Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho de Saúde reconhece a importância vital desses profissionais no atendimento e cuidado da população brasileira. A análise dos profissionais destaca seus pontos fortes e desafios, buscando aprimorar a qualidade e eficiência dos serviços de saúde prestados. O Conselho valoriza o comprometimento e dedicação dos profissionais de saúde do SUS, que atuam em diferentes áreas, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, fisioterapeutas, entre outros. Eles desempenham um papel essencial no diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes em diferentes níveis de atendimento, além de se envolverem em ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

O Conselho valoriza o PAS como uma estratégia de planejamento estruturado, que direciona os esforços para atender às necessidades específicas da população. Através dessa programação anual, é possível identificar prioridades, definir metas quantitativas e qualitativas, e alinhar os recursos disponíveis de forma eficiente. Além disso, o PAS contribui para uma gestão mais transparente e responsável dos recursos destinados à saúde, pois permite a prestação de contas à sociedade sobre a aplicação desses recursos. Destacamos também que o PAS é uma ferramenta importante para o fortalecimento da Atenção Básica, que é a base do SUS. A expansão e o aprimoramento da Atenção Básica são essenciais para a promoção da saúde, prevenção de doenças e para o enfrentamento de problemas de saúde mais comuns na comunidade.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Através destas informações financeiras passadas, podemos observar que a saúde está sendo assistida mais fica a desejar no quesito do repasse de financeiro do Governo Federal.

Auditorias

- Considerações:

Neste período não houve auditoria

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

O relatório está de acordo com todas as informações que é preconizada.

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

Está em constante observação e avaliação juntamente com toda equipe do conselho para que possamos oferecer melhores condições de saúde para a população.

Status do Parecer: Aprovado

BOM JESUS DO TOCANTINS/PA, 28 de Julho de 2020

Conselho Municipal de Saúde de Bom Jesus Do Tocantins